

COMISSÃO EUROPEIA

Bruxelas, 27.11.2012
C(2012) 8493 final

Excelência,

A Comissão gostaria de agradecer à Assembleia da República o seu parecer sobre a proposta de Regulamento relativo à Política Comum das Pescas (PCP) {COM(2011) 425 final} e pede desculpa pela resposta tardia.

O parecer da Assembleia da República reitera a sua posição de fundo relativamente à reforma da PCP, apresentada no seu anterior parecer relativo ao «Livro Verde sobre o Futuro da Política Comum das Pescas». Entre outras coisas, sublinha-se uma crescente melhoria da sustentabilidade da atividade da pesca em Portugal. A Comissão toma nota da opinião expressa no vosso parecer segundo a qual, para Portugal, a revisão da PCP deve ser encarada como uma janela de oportunidades, acompanhada de um conjunto de riscos e de desafios, no sentido de que Portugal possa defender as posições mais corretas no equilíbrio que tem de ser conseguido entre as dimensões ambiental, económica e social da política.

A Assembleia refere que os progressos no sentido de alcançar o rendimento máximo sustentável até 2015 devem ser graduais, devido à falta de dados científicos, em particular no que respeita às pescarias mistas. Refere também que a introdução de um sistema de concessões de pesca transferíveis a título individual deve ser transitório. No que respeita à introdução de uma obrigação de desembarcar a totalidade das capturas, o vosso parecer salienta que é fundamental sistematizar os dados disponíveis sobre as pescarias e os métodos de avaliação do esforço de pesca adequados a uma abordagem multiespecífica na gestão das pescas.

As propostas da Comissão deixam claro que esta reforma dá prioridade à sustentabilidade em todas as dimensões possíveis; a Comissão acredita que as diferentes propostas garantem uma abordagem equilibrada. Os calendários propostos para introduzir as alterações necessárias para atingir os objetivos são ambiciosos mas realistas. Relativamente à obrigação de desembarcar todas as capturas, foi adotada uma abordagem gradual para as diferentes unidades populacionais, facto que foi confirmado pela abordagem geral adotada pelo Conselho de Ministros em 13 de junho passado.

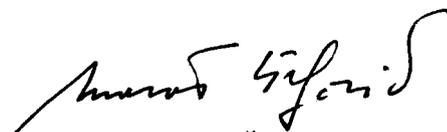
*Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República
Maria da Assunção ESTEVES
Palácio de S. Bento
P – 1249-068 LISBOA*

No que respeita à melhoria dos requisitos em matéria de etiquetagem dos consumidores e à vertente externa da PCP, a Comissão aprecia que a Assembleia tenha opiniões muito coincidentes com as propostas da Comissão. Do mesmo modo, a Comissão regista de forma positiva a conclusão da Assembleia da República de que a proposta de regulamento relativo à PCP representa uma oportunidade para reforçar a sustentabilidade ambiental, económica e social da atividade da pesca na UE e defende uma adequada gestão das unidades populacionais marinhas.

Por último, gostaria de acrescentar que a proposta de Regulamento relativo ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca¹, adotada pela Comissão em 2 de dezembro de 2011, implica apoio à execução da reforma da Política Comum das Pescas, bem como a transição para uma pesca sustentável e a redução dos impactos no ecossistema, o que inclui a necessidade de informações científicas de melhor qualidade. Serão feitos investimentos no potencial económico e de crescimento. O novo Fundo apoiará, por exemplo, os investimentos destinados a melhorar a saúde e a segurança a bordo, os investimentos a bordo ou em equipamento que melhore a seletividade das artes de pesca, os serviços de aconselhamento empresarial aos pescadores a título individual, as parcerias entre pescadores e cientistas, bem como a formação e aprendizagem ao longo da vida.

A Comissão gostaria de agradecer à Assembleia da República o seu valioso parecer. As opiniões expressas serão devidamente tomadas em consideração pela Comissão Europeia no decurso das negociações sobre a reforma da PCP. A Comissão espera poder continuar a cooperação com a Assembleia no âmbito do processo de reforma da PCP.

Queira Vossa Excelência aceitar a expressão da minha elevada consideração,



Maroš Šefčovič
Vice-Presidente